

PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES ADOLESCENTES SOBRE DEFICIÊNCIA

Giselle Teixeira de Freitas Ferreira ¹
Maira Lisboa Veras Paes ²
Viviane Cristina de Mattos Battistello ³

RESUMO

O número de matrículas de estudantes com deficiência tem sido uma crescente em todo o Brasil, conforme dados oficiais. No entanto, apesar dos avanços, são recorrentes os episódios de comportamentos discriminatórios em relação a esses alunos. Diante dessa impactante realidade, torna-se urgente olhar, de fato, para o contexto de inclusão, buscando alternativas que fomentem a reflexão de combate à discriminação. Nessa perspectiva, o presente artigo tem por objetivo descrever o que estudantes adolescentes pensam sobre as deficiências e como elas são tratadas na sociedade. Dito isso, a metodologia envolveu pesquisa de opinião com estudantes de uma escola pública de uma cidade alagoana, realizada no mês de março de 2025. Além disso, realizou-se consulta em documentos oficiais, artigos e livros sobre deficiência e inclusão. Os resultados indicaram uma diversidade de percepções, influenciadas pelo contexto sociocultural da região. Os estudantes também destacaram a necessidade de projetos para maior conscientização e educação sobre a inclusão, criando ambientes acolhedores, respeitosos e acessíveis; demonstrando consciência sobre a necessidade de participação dos/as colegas com deficiência nas interações sociais. Foram mencionadas redes de apoio tanto para professores como para os alunos, de maneira que promova a consciência coletiva e conecte as realidades locais aos desafios globais, no que concerne à inclusão e à acessibilidade de pessoas com deficiência no ambiente escolar. Conclui-se que promover espaços de reflexões com os estudantes contribui para subsidiar ações educativas mais inclusivas, transformando as realidades educacionais e contribuindo para a construção de ambientes mais acolhedores, inclusivos e equitativos.

Palavras-chave: Inclusão, Representatividade, Discriminação, Percepção dos Estudantes, Acessibilidade.

¹ Mestranda do Curso Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI) da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL giselle.ferreira.profei.t5@alunos.uneal.edu.br;

² Mestranda do Curso Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI) da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL maira.paes.profei.t5@alunos.uneal.edu.br;

³ Pós-doutoranda (Bolsista CNPq) e Doutora em Diversidade Cultural e Inclusão Social na Universidade Feevale, graduanda em Psicologia, vivimattos@feevale.br.



INTRODUÇÃO

Os últimos dados do Censo Escolar (2023) apontam índices crescentes em relação às matrículas de estudantes com deficiência nas escolas brasileiras, evidenciando os avanços em termos de matrícula e políticas de inclusão, ademais revela a persistência de atitudes discriminatórias que comprometem a efetividade dessas práticas. Diante desse cenário, o artigo propõe olhar para o lugar da inclusão não apenas como obrigação institucional, mas como processo formativo e social que demanda reflexões contínuas sobre as dinâmicas de convivência, participação e acessibilidade. O objetivo central é descrever, a partir da voz de estudantes adolescentes, como as deficiências são percebidas no cotidiano escolar e como tais percepções se articulam com as práticas de tratamento na sociedade, buscando subsidiar ações educativas mais sensíveis, justas e eficazes.

A problemática de pesquisa parte da constatação de que, apesar dos avanços legais e institucionais, episódios de discriminação ainda se fazem presentes no ambiente escolar, muitas vezes atravessados por saberes estereotipados e pela distância entre a teoria da inclusão e a prática cotidiana. Desse modo, é pertinente compreender as representações dos próprios estudantes sobre deficiência e inclusão, visto que é urgente a construção de ambientes educativos que não apenas atendam às exigências legais, mas que promovam uma convivência respeitosa, acolhedora e participativa. Para isso, justifica-se o estudo que reside na necessidade de ampliar o repertório de estratégias pedagógicas e políticas escolares favorecendo a participação efetiva de estudantes com deficiência, bem como o fortalecimento de redes de apoio para docentes e discentes, conectando as realidades locais aos desafios globais de acessibilidade e de inclusão.

Dito isso, a fundamentação teórica deste trabalho dialoga com correntes que enfatizam a inclusão como prática intercultural e emancipatória, que envolve acessibilidade física, pedagógica e atitudinal, bem como a participação ativa dos estudantes na construção de ambientes compartilhados. O aporte teórico de educação inclusiva, direitos humanos e sociologia da educação embasam a compreensão de que a escola deve ser um espaço de construção de identidade, reconhecimento e pertencimento, onde a diversidade é valorizada como recurso pedagógico. A partir da perspectiva metodológica, a pesquisa articula dados de uma pesquisa de opinião realizada com estudantes de uma escola pública de uma cidade alagoana, coletados em março de 2025, com uma revisão de documentos oficiais, artigos e livros sobre



deficiência e inclusão. A triangulação entre relatos estudantis, literatura especializada e diretrizes institucionais permite investigar não apenas as percepções sobre deficiência, mas também as possibilidades de intervenção educativa para promover ambientes mais inclusivos.

Nesse sentido, os resultados apontam para a diversidade de percepções, fortemente influenciadas pelo contexto sociocultural regional, ao mesmo tempo em que emergem importantes indicações de caminhos para a prática educativa: a necessidade de projetos de conscientização e educação sobre inclusão, a criação de ambientes acolhedores, respeitosos e acessíveis, e o reconhecimento da participação efetiva de colegas com deficiência nas interações sociais. Os estudantes destacam redes de apoio para professores e estudantes, sugerindo estratégias de construção de consciência coletiva que conectem as realidades locais aos desafios globais de inclusão. Com base nesses achados, o presente estudo defende que espaços de reflexão entre docentes e discentes podem subsidiar ações educacionais mais inclusivas, contribuindo para transformar realidades escolares em ambientes mais equitativos, democráticos e capazes de promover o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

METODOLOGIA

A presente pesquisa constitui-se como descritiva, visto que tem como função a análise e interpretação dos dados coletados, de uma determinada população ou fenômeno (Gil, 2002). Dito isso, participaram desta pesquisa a professora responsável pelo AEE, que atuou como pesquisadora, e os estudantes do Ensino Médio de uma escola pública localizada no estado de Alagoas, totalizando um grupo de 24 adolescentes com idades entre 15 e 17 anos, que responderam de maneira anônima ao questionário composto por duas perguntas, relacionadas ao que pensam sobre as deficiências, no período de março de 2025.

No que concerne ao presente artigo, o enfoque reporta às respostas relacionadas à primeira questão, denominada: O que você pensa sobre as deficiências e como acredita que as pessoas com deficiência são tratadas na sociedade? As respostas foram lidas e transcritas na íntegra, organizadas por eixos temáticos e subdivididas em duas seções: (I) O que eles pensam sobre as deficiências? (II) Como eles acreditam que as pessoas com deficiência são tratadas na sociedade? Desse modo, após a tabulação e análise dos dados correlacionando ao contexto da deficiência.



REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva, estabelecida como um dos pilares das políticas educacionais brasileiras, representa um avanço significativo na garantia do direito à educação para todos os sujeitos, justamente por ser um princípio fundamental previsto por diversas leis, como se reza na Constituição Brasileira (1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), por exemplo.

Apesar dos aportes legais, é imprescindível a necessidade de ações que ofereçam efetivamente educação e apoio às pessoas com alguma deficiência, bem como promover condições para sua integração social. Tais documentos foram institucionalizados em um período de mudanças desde o conceito do que viria a ser o termo “deficiência” até o que se deveria fazer diante dessa nova visão conceitual sobre a realidade, à luz das diretrizes políticas internacionais (Pletsch, 2020).

Assim, frente aos avanços obtidos, o país passou a adotar, consequentemente, uma concepção de inclusão que diferia da simples inserção do aluno ao ambiente escolar comum, procurando efetivar práticas pedagógicas mais significativas a partir de preceitos que respeitassem a diversidade e que buscassem promover a equidade (Mantoan, 2015; Carvalho, 2004).

Sassaki (2006) também dá robustez à discussão quando afirma que não basta terem acontecido as mudanças já ocorridas; pelo contrário, é necessário que haja um processo contínuo de transformação cultural e institucional, no qual todos os atores escolares envolvidos assumam a responsabilidade de tornar esse ambiente o mais acessível, acolhedor e funcional possível.

Sob esse viés, é correto inferir que uma escola inclusiva é aquela que não só reconhece as diferenças como possibilidade de enriquecimento coletivo, como também incentiva o respeito mútuo e oportuniza condições em prol do sentimento de pertencimento (Boff e Machado, 2024). Além disso, convém ressaltar que um dos desafios nesse processo é a percepção que o outro tem sobre “inclusão”, uma vez que precisa ser compreendida não só como uma questão técnico-pedagógica, mas sim um processo político, ético, social, o qual envolve um constante repensar sobre valores e relações nos diversos espaços de convivência, segundo discutem Booth; Ainscow (2011).



É interessante contextualizar historicamente as concepções sobre deficiência que já existiram, as quais vão do modelo médico ao modelo social, a depender da época de quando se as concebem. Essas formas de pensar sobre o termo sofreram alterações históricas profundas, as quais interferiram diretamente nas práticas de inclusão. Foresti e Bousfield (2022) contextualizam na linha temporal os modelos de concepção do tema da deficiência e os distinguem, apresentando o modo como a sociedade compreendia/compreende a deficiência:

O primeiro [modelo médico], apresenta a deficiência como responsabilidade individual, através da ênfase do corpo com lesão ou seu “mau funcionamento”, seja ele físico ou intelectual. O segundo [modelo social], designa que a maior intervenção a ser feita não é ao nível do indivíduo e suas lesões, mas na sociedade que tem dificuldade de abarcar a totalidade das diversidades (p. 654).

O modelo médico, predominante até meados do século XX, como acima posto, interpretava a deficiência como uma condição pessoal, individual, submetida a uma associação da deficiência com limitações biológicas. Já o modelo social, deslocado da atenção individual, centra-se nas barreiras sociais, atitudinais e arquitetônicas, as quais impedem a plena participação da pessoa com deficiência.

No contexto brasileiro, observa-se, em Diniz, Barbosa e Santos (2009), a ênfase dada à necessidade de se entender a deficiência como uma construção social e política, girando em torno de como a sociedade organiza seus espaços e define os padrões de “normalidade”. Sassaki (2010) ainda reforça a necessidade de se reverem os conceitos ao atestar que a inclusão implica reconhecer a deficiência como parte constitutiva da condição humana, e não uma exceção, como alguns podem pensar.

Em se tratando da forma com que a sociedade pensa e enxerga o outro (e este com deficiência), é imprescindível relembrar, com base nos conceitos vygotskianos, que as percepções sociais acerca da deficiência por parte dos adolescentes são construídas a partir dos discursos pré-existentes mediante as interações sociais e de como esses discursos se estabelecem nas situações do cotidiano. Ao abordar sobre a temática do estigma, Goffman (1988) atesta que é a sociedade quem define o que é ou não “normal”, em detrimento àquilo que é “estranho, incomum ou anormal”.

Razuck e Cavalcante (2024) relata pesquisas que apontam para o reconhecimento da importância da inclusão por parte dos adolescentes, todavia é bem verdade que eles também reproduzem discursos estereotipados sobre as pessoas com deficiência, sobretudo quando não se encontram vivenciando situações de convivência



significativas. Portanto, destaca-se aqui o papel das escolas ao desempenhar o papel essencial de desconstruir conceitos, dirimir / diminuir casos de preconceitos e possibilitar debates reais e de convívio escolar.

Dessa forma, como afirmam Barros e Dias (2025), urge “problematizar a formação continuada de professores na perspectiva da Educação Inclusiva” que, a fim de assumir com responsabilidade e competência seu papel de educador, promova inclusão em suas práticas educacionais, suscite discussões pertinentes no convívio escolar sobre inclusão, tanto em sala de aula quanto com seus pares, o professor receba uma adequada e atualizada formação docente. Apenas com capacitação - pessoal ou institucional - o educador poderá ter êxito ao integrar dimensões éticas, afetivas e socioculturais, para além de uma mera aplicação de metodologias engessadas ou inadequadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

“Entre as narrativas sobre a desigualdade que se expressam no corpo, os estudos sobre deficiência foram os que mais tardiamente surgiram no campo das ciências sociais e humanas” (Diniz; Barbosa e Santos, 2009, p.65), diante disso, as respostas dos estudantes evidenciaram uma pluralidade de percepções entre os adolescentes, refletindo uma consciência social e ética significativamente desenvolvida em relação à deficiência.

A partir das falas obtidas na questão “O que você pensa sobre as deficiências?”, procedeu-se à organização do material em categorias temáticas, com o objetivo de subsidiar a análise dos dados, a saber: (a) Deficiência como construção social; (b) Direitos, igualdade e necessidades específicas; (c) Involuntariedade e imputação de culpa e (d) Atribuição a problemas psicológicos, que refletem as principais ideias apresentadas pelos alunos, conforme Quadro 1 a seguir:



Quadro 1. O que pensam os estudantes sobre a deficiência

Categoria	Percentual	Resposta
a..Deficiência como construção social	37,5%	9/24
b.Direitos, Igualdade e Necessidades Específicas	21%	5/24
c.Involuntariedade e Imputação de Culpa	8%	2/24
d.Atribuição a Problemas Psicológicos	4%	1/24

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

a.Deficiência como construção social

Os estudantes não apenas reconhecem, mas explicitam a ideia de que a desvantagem é primariamente criada por ambientes e atitudes sociais excludentes quando dizem que “são barreiras impostas pela sociedade”, pois “habitar um corpo com impedimentos físicos, intelectuais ou sensoriais é uma das muitas formas de estar no mundo” (Diniz; Barbosa; Santos, 2009, p.65).

A afirmação de que “não há deficiência, mas, sim, condições” sugere que o modelo médico não deve ser o único adotado, evidenciando a diversidade de condições e a responsabilidade do ambiente em acomodá-las, conforme dizem as autoras Diniz; Barbosa e Santos (2009),

a normalidade, entendida ora como uma expectativa biomédica de padrão de funcionamento da espécie, ora como um preceito moral de produtividade e adequação às normas sociais, foi desafiada pela compreensão de que deficiência não é apenas um conceito biomédico, mas a opressão pelo corpo com variações de funcionamento (p.65).

Ao dizerem que “a deficiência não define o valor ou a capacidade de uma pessoa” infere-se uma visão inclusiva e humanista sobre a deficiência. Ela carrega um sentido ético, social e pedagógico importante, especialmente em pesquisas que tratam de inclusão, diversidade e direitos humanos. Libanio; Castelar e Garcia (2023) enfatizam que “a efetivação do processo inclusivo significa a construção de oportunidades efetivas, caracterizando na prática o real significado da palavra (p.65)”.



b. Direitos, Igualdade e Necessidades Específicas

Os discentes apontam que as PcD (Pessoas com Deficiência) “são comuns na sociedade, e que têm o direito de viver e serem respeitadas iguais à todas as outras”, pois têm os mesmos “direitos, capacidade e potencial que qualquer outra pessoa, estabelece uma dialética construtiva entre a igualdade de direitos e a equidade de tratamento”. É relevante esse pensamento, pois, está em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência em 2015, que vêm garantir diversos direitos às pessoas com deficiência, proporcionando repercussões positivas frente ao público que apresenta alguma deficiência, pois em seu art. 1º expõe que a mesma é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2015, p.1).

Entretanto, reconhecem que as PcD “podem ter suas particularidades e precisarem de cuidados mais especializados para conseguir viver melhor”, importante destacar que o Estatuto da Pessoa com Deficiência define como pessoa com deficiência quem possui impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais que prejudiquem sua participação plena na sociedade (Brasil, 2015).

c. Involuntariedade e Imputação de Culpa

Quando os jovens mencionaram que “deficiência é algo que a pessoa não escolheu ter”, é simples, mas poderosa no contexto das atitudes sociais. Ao enfatizar a involuntariedade, os adolescentes rejeitam a ideia de que a deficiência é uma punição, um fardo moral ou resultado de negligência pessoal, abrindo caminho para uma atitude de aceitação e responsabilidade coletiva. Para Mendes; Denari e Costa (2022) “a construção do próprio corpo e o desenvolvimento da interação com o mundo são marcados pelas representações dos outros sobre a deficiência, representações que podem ser negativas e se desdobrar em ofensas, ataques e/ou imposição de barreiras” (p.4).

d. Atribuição a Problemas Psicológicos

Aqui a deficiência é vista primariamente como um problema inerente à saúde mental ou individual da pessoa, quando atribuíram a deficiência a “problemas psicológicos” evidenciando assim o modelo médico que segundo Medeiro e Diniz



(2004) “ identifica a pessoa deficiente como alguém com algum tipo de inadequação para a sociedade” (p.3).

O trabalho também buscou compreender a percepção dos estudantes quanto ao modo como a sociedade trata as pessoas com deficiência. As falas analisadas revelam a percepção de que as pessoas com deficiência continuam sendo alvo de **desrespeito, preconceito e exclusão na sociedade contemporânea**. Às expressão “Acredito que tratam as pessoas com deficiência com falta de empatia” e “ nos dias atuais ainda tem muitas pessoas que não entendem a importância de acolher” evidencia a discriminação, quando a isto, o Estatuto da Pessoa com Deficiência considera:

[...] discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (Brasil, 2015, p. 4).

A percepção de **exclusão social e invisibilidade** também é recorrente nos relatos, como se observa na declaração de que as pessoas com deficiência “são tratadas com indiferença na sociedade e enfrentam muitos desafios” e que “muitas pessoas infelizmente ainda tratam elas com desrespeito, ignorância e muito desprezo”, refletem a permanência de barreiras atitudinais e culturais que, embora menos visíveis que as arquitetônicas, operam de modo igualmente excludente.

A **percepção da diferença como motivo de preconceito**, como expressa a afirmação de que “são tratadas muitas vezes de forma diferente, preconceituosa e com certa exclusão da sociedade”, ainda, “na sociedade é perceptível o julgamento, e muitas vezes sofrem maus-tratos”. Além das dimensões atitudinais, destaca-se também a barreira estrutural, apontada na observação de que “são tratados com indiferença, falta de acessibilidade para facilitar o ir e vir”.

É possível perceber um olhar atento dos estudantes sobre o modelo social da deficiência, para Medeiro e Diniz (2004) “é de que a deficiência é uma experiência resultante da interação entre características corporais do indivíduo e as condições da sociedade em que ele vive” (p.2). Nesse sentido, as narrativas dos jovens indicam não apenas uma compreensão crítica da deficiência, mas também um compromisso ético com a promoção de ambientes inclusivos. A partir dessas percepções, percebe-se a importância de transformar práticas pedagógicas, políticas públicas e códigos institucionais para que não haja apenas adaptação de indivíduos às normas, mas transformação das normas para acolher a diversidade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As falas analisadas demonstram que a escola pode funcionar como espaço de construção de cidadania ao promover o reconhecimento da deficiência como uma construção social, e não meramente como um atributo individual. Ao enfatizar que “não há deficiência, mas, sim, condições” (Diniz; Barbosa; Santos, 2009) e ao defender a ideia de que a deficiência não determina o valor de uma pessoa, os estudantes apontam para uma prática de inclusão que transcende a simples presença física de estudantes com deficiência. Nesse movimento, a Lei Brasileira de Inclusão (2015) emerge não apenas como marco normativo, mas como referência ética que orienta atitudes, acessos e oportunidades reais, dialogando com a compreensão de que direitos, igualdade e necessidades específicas devem caminhar juntos para assegurar participação plena na vida escolar e social.

Contudo, as percepções dos jovens também revelam a persistência de barreiras atitudinais e estruturais, que mantêm a desigualdade mesmo diante de uma legislação robusta. A atribuição de culpa, a visão de deficiência como problema psicológico e a constatação de tratamento com desinformação revelam a necessidade de ações deliberadas de educação inclusiva, formação de professores, acessibilidade universal e políticas de acompanhamentos individualizados. A partir disso, recomenda-se fomentar práticas pedagógicas que integrem educação sobre direitos humanos, ética da convivência e uso de tecnologias assistivas, bem como promover espaços de diálogo com familiares, comunidade e gestores, de forma a consolidar uma cultura escolar que veja a deficiência tanto como questão de direitos quanto de convivência democrática.

REFERÊNCIAS

BARROS, Joyce Mariana Alves; DIAS, Maria Aparecida. A educação em uma perspectiva inclusiva: reflexões a partir das vivências docentes na pandemia. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 50, n. 2, p. 864-875, 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/396020708_A_EDUCACAO_EM_UMA_PERSPECTIVA_INCLUSIVA_REFLEXOES_A_PARTIR_DAS_VIVENCIAS_DOCENTES_NA_PANDEMIA. Acesso em: 30 out. 2025.

BOFF, Ana Paula; MACHADO, Andreia de Bem. Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos à educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, n. 1, 2024. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/er/a/PSzsBQhDNrRkQNkStgSsGbQ/?format=html&lang=pt>.

Acesso em: 28 out. 2025

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. *Índex para a Inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas*. Bristol: **CSIE**, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 30 out. 2025.

CARVALHO, Rosita Edler. *Educação inclusiva: com os pingos nos "is"*. Porto Alegre: **Mediação**, 2004. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/410143091/EDUCACAO-INCLUSIVA-COM-OS-PINGOS-NOS-IS>. Acesso em 30 out. 2025

DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur - **Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 64-77, dez. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1806-64452009000200004>. Acesso em 05 out. 2009.

FORESTI, Taimara; BOUSFIELD, Andréa Barbará Silva. A compreensão da deficiência a partir da teoria dos modelos médico e social. **Revista Psicologia Política**, v. 22, n. 55, 2022. Disponível em: <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/rpp/article/view/21872>. Acesso em: 30 out. 2025.

GIL, A. C. *Como elaborar projeto de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: **Atlas**, 2002.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: **LTC**, 1988. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/goffman.erving.estigma_notassobremanipulacaodaidentidadedeteriorada.pdf. Acesso em: 25 out. 2025.

LIBANIO, Fernanda Carolina; CASTELAR, Wully Altieri de Souza; GARCIA, Dorcely Isabel Bellanda. Políticas públicas da educação especial em um contexto inclusivo: similaridades e diferenças no estado do Paraná. In: CALEGARI-FALCO, Aparecida Meire; GARCIA, Rafael Vilas Boas; CUNHA, Marion Machado (org.). *Percursos e tessituras em defesa da educação inclusiva no contexto do PROFEI – Linha 1: educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Rio de Janeiro, RJ:



SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: **WVA**, 2006.

